



ESPAÇO GEOGRÁFICO, EDUCAÇÃO E LETRAMENTO: NOTAS INFANTIS DO TERRITÓRIO XUKURU DO ORORUBÁ, EM PESQUEIRA-PE.

Nielson da Silva Bezerra ¹

RESUMO

Nossa pesquisa busca as relações entre o território vivido e o letramento linguístico e matemático de crianças indígenas do povo Xukuru do Ororubá do estado de Pernambuco no Brasil. Partimos da Geografia da Infância em conjunto com os estudos decoloniais para buscar compreender essas possíveis relações. Trata-se de um estudo teórico de base exploratória, focado na base de dados Portal Periódicos CAPES. A Educação, assim como diversas outras ciências, vem cada vez mais se apropriando de um olhar Decolonial. A Geografia da Infância, por sua vez, desafia a ciência geográfica a ousar um olhar mais criativo, mais vivido, o olhar das crianças. Essas duas questões nos levam a propor uma aproximação mais efetiva entre essas dimensões a partir do olhar infantil das crianças indígenas do povo Xukuru do Ororubá. Diversos estudos no campo da educação e do ensino de geografia apontam que o contexto é essencial para dar sentido aos conceitos e aos próprios aprendizados. Nesta perspectiva e a partir desse estudo exploratório e teórico, apontamos que o espaço geográfico como um todo e o território vivido em particular são o locus principal desse “contexto”, guardando, assim, o verdadeiro potencial onde se concretizam os saberes e também os respectivos letramentos.

Palavras-chave: Geografia da Infância; Povos Originários; Educação Indígena

RESUMEN

Nuestra investigación explora las relaciones entre el territorio vivido y la alfabetización lingüística y matemática de los niños indígenas del pueblo Xukuru do Ororubá en el estado de Pernambuco, Brasil. Nos basamos en la Geografía de la Infancia y los estudios decoloniales para comprender estas posibles relaciones. Este es un estudio teórico y exploratorio centrado en la base de datos del Portal de Publicaciones Periódicas de CAPES. La educación, como muchas otras ciencias, está adoptando cada vez más una perspectiva decolonial. La Geografía de la Infancia, a su vez, desafia a la ciencia geográfica a adoptar una perspectiva más creativa y más vivida: la perspectiva de los niños. Estas dos preguntas nos llevan a proponer un enfoque más efectivo entre estas dimensiones, basado en la perspectiva infantil de los niños indígenas del pueblo Xukuru do Ororubá. Varios estudios en el campo de la educación y la enseñanza de la geografía indican que el contexto es esencial para dar significado a los conceptos y al aprendizaje mismo. Desde esta perspectiva y con base en este estudio exploratorio y teórico, señalamos que el espacio geográfico en su conjunto y el territorio vivido en particular son el locus principal de este “contexto”, albergando así el verdadero potencial donde se realizan los conocimientos y las respectivas alfabetizaciones.

Palabras clave: Geografía de la infancia, pueblos indígenas, educación indígena

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, Campus Recife. nielsonbezerra@recife.ifpe.edu.br



INTRODUÇÃO

O processo de colonização do território que hoje conhecemos como Brasil foi marcado por muita violência. Os povos indígenas e afro-brasileiros foram os alvos principais desse método colonial e responderam com formas diversas de resistência e enfrentamento ao invasor.

Hoje, em pleno século XXI, vivenciamos uma crise climática, mais uma consequência entre tantas que o modelo de produção capitalista impõe ao nosso planeta como um todo. Este cenário descortina, de forma dramática, para cada vez mais pessoas, que o modelo neoliberal atual nos leva para a destruição.

Entre tantas formas de resistência que o sistema colonial vem enfrentando ao longo do tempo, a Decolonialidade tem se apresentado como uma alternativa, apontando justamente o referido sistema como o principal responsável pela crise que ameaça muitas formas de vida em nosso planeta, inclusive a humana.

As crianças, assim como os povos africanos e originários, também foram vítimas da colonização. Lopes (2008) nos apresenta João, uma entre as muitas crianças pobres de Lisboa, recrutada para o ofício de grumete no período conhecido como as grandes navegações. A família da criança, em troca, recebia um pequeno pagamento, que ajudaria o restante da família. “Ele não será a única criança a bordo, haverá outras, mas entre elas a sua vida será de duro trabalho [...] poderá sofrer violência física [...]; assédio e violência sexual também são práticas comuns” (Lopes, 2008, p. 66). Mesmo em pleno século XXI, bem sabemos, há muitas crianças sofrendo todo tipo de horror que nosso sistema social e cultural pode produzir, mas há também, felizmente, infâncias que, independentemente de classe social, cultura, ou etnia vivenciam os espaços geográficos, livres de todos os tipos de violências. As infâncias têm muito a nos ensinar.

Precisamos, assim, do olhar infantil, especialmente porque se Ariès (1981) nos ensinou que o conceito de infância é uma construção social e uma invenção da modernidade, os estudos no campo da geografia da infância nos mostram que as crianças são seres que “[...] nos lembram de que toda ação é sempre convivência. Por isso, o espaço geográfico nunca é um mero palco por onde estamos apenas passando, mas são intensas possibilidades de desenvolvimento e transformação (Lopes e Suarez, 2018, p. 503). Quais seriam, então, esses “palcos” onde as crianças desfilam suas “intensas possibilidades de desenvolvimento e transformação” no espaço geográfico? Conforme o nosso olhar, a escola é um deles e os letramentos são um dos desafios



que esse espaço formativo apresenta às crianças. É também neste enclave que pretendemos aprender.

Na nossa pesquisa, o letramento linguístico e matemático serão interrogados a partir da Geografia, numa busca de compreender o espaço vivido. Para isso propomos compreender esse espaço geográfico por meio das vivências de crianças indígenas no território Xukuru do Ororubá. Nosso olhar pretende acompanhar a vida escolar e comunitária das crianças. Optamos, desse modo, por compreender a realidade a partir da vivência pelas crianças do espaço geográfico, não baseados na crença de que elas sejam o futuro, mas na evidência de que elas são o presente. É sobre este tempo presente das crianças do povo indígena Xukuru do Ororubá que queremos aprender.

Nesta fase de nossa pesquisa, estamos realizando um estudo teórico de cunho exploratório, que irá subsidiar nossa futura ida a campo, numa próxima fase da pesquisa.

METODOLOGIA

Nosso estudo apoia-se na Geografia da Infância e traça discussões teóricas e conceituais, relacionando esse campo de estudo à aprendizagem das crianças indígenas, através de suas vivências educacionais (escolares e não escolares), no território em que vivem.

Buscamos uma aproximação entre essas vivências no espaço geográfico e o processo de letramento linguístico e matemático com o objetivo de encontrar pistas sobre uma possível relação entre esses elementos. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, apoiada em estudo teórico do tipo exploratório.

Utilizamos como base de estudo as publicações científicas reunidas no portal Periódicos CAPES e empregamos como parâmetro de busca as palavras: crianças Xukurus do Ororubá; infância Xukurus do Ororubá; Geografia da Infância; Letramento; Letramento Linguístico; Letramento Matemático. Adotamos como período de busca o ano em que cada termo aparece no Periódicos CAPES, o que, por sua vez, resulta em períodos bem diferentes para cada termo.

Os estudos que envolvem crianças Xukurus do Ororubá são muito escassos. Em uma busca com o parâmetro: “Infância Xukuru do Ororubá” ou “Criança Xukuru do Ororubá”, encontramos apenas dois artigos: Silva, 2023; e Fávaro *et al.*, 2019. Em Silva (2023), o historiador analisa as lembranças de um idoso Xukuru do Ororubá para ter acesso a uma compreensão de infância e adolescência desse povo. Já em Fávaro *et al.* (2019), a pesquisa é sobre o risco de sobrepeso em crianças indígenas. O período de busca foi de 2019 a 2025.



Com os parâmetros “Geografia da Infância”, o número também é pequeno, resultando em um total de 39 (trinta e nove) publicações, entre os anos de 2006 e 2025 e, deste total, 25 (vinte e cinco) publicações foram revisadas por pares.

Quando usamos o parâmetro “Letramento” no mesmo portal, o número de publicações sobe exponencialmente, chegando a um total de 6.992 (seis mil, novecentos e noventa e dois), sendo 3.331 (três mil, trezentos e trinta e um) revisados por pares, entre os anos de 1969 e 2025.

Nos demais Letramentos, o número de publicações volta a cair muito, chegando a apenas 8 (oito) publicações, no caso do Letramento Linguístico, sendo 5 (cinco) revisadas por pares, no período de 2015 a 2025. No “Letramento Matemático”, temos um total de 86 (oitenta e seis) publicações, delas 39 (trinta e nove) são revisadas por pares, no período de 2011 a 2025.

A análise que segue é o resultado de um estudo exploratório que buscou a relação entre os termos pesquisados e uma bibliografia selecionada no campo da educação, da Geografia da Infância, do ensino da Geografia, da decolonialidade, dos letramentos e do povo Xukuru do Ororubá.

REFERENCIAL TEÓRICO

Geografia da Infância

Os estudos da Geografia da Infância nascem da mesma inquietação que levou um conjunto de áreas do conhecimento a romper com as formas tradicionais de se pensar as crianças nos estudos sociais, a partir dos anos 1980 (Lopes; Costa; Amorim, 2016), e que preconizam:

É buscando um novo enfoque que a Sociologia, a Antropologia, a Geografia, a Filosofia, a Psicologia, a Pedagogia se envolvem com a infância e passam a utilizar esse vocábulo em seus nomes, como forma de assumir um compromisso na construção de um novo paradigma, que pressupõe uma ruptura com o essencialismo do discurso acadêmico e das investigações dominantes nessa etapa. (Lopes; Costa; Amorim, 2016, p. 240)

Essa ruptura freia o que os autores chamam de “[...] um momento fortemente marcado pelo discurso desenvolvimentista, racionalista e de um “vir a ser”, um aqui-agora que se projeta somente no tornar-se adulto e retira as crianças de seus contextos histórico-geográficos.” (Lopes; Costa; Amorim, 2016, p. 40).

Nos dias atuais, em pleno século XXI, ainda sentimos essa interpretação das crianças como sendo apenas um “vir a ser”. Quantas vezes se pergunta a uma criança: o que você vai ser quando crescer? Tal pergunta já retira da criança o seu “ser”, e transfere para a idade adulta



o ser alguém. Mais uma vez, ao longo deste projeto, percebemos como passado e presente se debatem e buscam, ainda, ser o futuro. Esse futuro, por sua vez, é, na verdade, o hoje, arena principal das disputas socioculturais que nos atravessam dia após dia.

Mesmo que a Geografia da Infância tenha surgido em meio à revolução humanista que privilegia o olhar subjetivo sobre o espaço geográfico, apenas perceber as categorias de análise da Geografia não é suficiente: é necessário pensar a própria Geografia a partir das crianças. Nossa escolha por esta forma de viver a ciência tem muito em comum com Lopes; Costa; Amorim (2016), quando contam:

Todos tecidos na tentativa do encontro, no ensaio e na escolha de se afastar da definição de André Felipe Bodoya, 8 anos, ao conceituar o adulto: “Persona que em toda cosa que hable, primero ella” (NARANJO, 2009, p. 17), ou de Héctor Barajas, também de 8 anos, para quem adulto é “cuando unna persona está morta” (idem). Nosso desejo é de nos aproximar de Johan Sebastián Agudelo, criança da mesma idade das outras aqui enunciadas, que, ao ser perguntado o que é um Niño, nos dá prontamente sua resposta: “(...) é um Humano feliz” (idem, p. 83), (Lopes; Costa; Amorim, 2016, p. 239).

Assim como os estudiosos acima, também desejo me aproximar de Johan Sebastián e colaborar para que possamos ajudar a formar humanos mais felizes.

Povo Xukuru do Ororubá

Quando olhamos para a humanidade, por sinal, fica nítido que há uma imensa diversidade de povos e consequentemente de modelos de sociedade que habitam nosso planeta. Entre esses há um modelo hegemônico, formado na Europa, que busca impor sua dominação total através da imposição da força, do racismo e da homogeneização de nossa diversidade. Esse “método” é responsável por boa parte do que somos enquanto sociedade brasileira, onde nossa dimensão afro-brasileira e indígena foi sendo atacada sob o pretexto de uma pretensa inferioridade. Caos climático e humanitário, acompanhado de guerras e massacres diversos, um acelerado processo de extinção de outras formas de vida, são lembretes cada vez mais insistentes do esgotamento completo desse modelo.

A resistência dos povos indígenas em sua imensa diversidade tem sido uma das saídas apontadas. Nosso estudo se associa a essa visão e junto às crianças do povo Xukuru do Ororubá buscamos contribuir com essa resistência.



Infelizmente, conhecemos pouco sobre os povos originários, especialmente antes da colonização europeia; com os Xukurus do Ororubá, não é diferente. Há, no entanto, provas de que a Serra do Ororubá já era habitada muito antes da colonização portuguesa. Silva e Barros (2022) citam pesquisas arqueológicas que encontraram vestígios de ocupação humana na Serra do Ororubá há milênios, especialmente próximos a fontes de água. Apesar disso, para tentar entender um pouco da história desse povo, é necessário partirmos do que Costa (2021) chamou, apropriadamente, de “invasões portuguesas”.

Os registros históricos mais antigos sobre o povo indígena Xukuru do Ororubá estão relacionados às invasões dos portugueses em 1654, quando Antônio Vieira de Melo, invadiu as terras na Serra do Ororubá, transformando-a em uma fazenda para criação de gado. E a Igreja Católica Romana iniciou o processo de catequização em 1661, para ‘amansar’ e escravizar os indígenas. (Costa, 2021, p. 3)

A autora ainda se refere aos indígenas Paratío, que também habitavam a Serra, e que travaram uma guerra contra os invasores entre 1692 e 1696, chamada por estes de “Guerra dos Bárbaros” (Costa, 2021). Mais adiante, a autora afirma que os Xukurus foram aldeados, mas que “lentamente as terras das antigas aldeias missionárias foram substituídas por novas demarcações ilegais das povoações, com invasões de fazendeiros portugueses e seus descendentes” (Costa, 2021, p. 3).

A história do povo Xukuru do Ororubá, neste ponto, assemelha-se a de outros povos indígenas que resistiram à colonização, tentando lutar por seu território a partir de acordos não cumpridos pelos colonizadores. Silva (2007) documenta bem essa história, apontando que muitas vezes os invasores afirmavam que não havia mais índios na região, apenas “caboclos”, fazendo da identidade cultural um território de enfrentamento em que, se por um lado os colonizadores reprimiam qualquer manifestação cultural dos Xukurus com violência, por outro, os indígenas continuaram resistindo com a prática do Toré, com a luta pela preservação de seus costumes, mesmo que na clandestinidade.

Para os invasores, é muito importante “desqualificar” os indígenas, já que seria impossível, no campo da razão lógica, afirmar que aquele território não seria dos indígenas, já que esses são os povos originários de qualquer território brasileiro. Resta, assim, “acusá-los” de não indígenas, e o termo caboclo serve perfeitamente a este fim, razão por que qualquer manifestação cultural indígena se torna uma ameaça a essa lógica.

A Constituição de 1988 inaugura a conquista de direitos essenciais aos povos indígenas, dando mais uma vez base legal para a luta pela reconquista dos territórios. O cacique Xicão



apresenta-se como grande líder, destacando-se na constituinte e na luta pela reconquista do território de seu povo, no entanto, “a atuação do cacique ‘Xicão’ provocou a ira dos fazendeiros, a oligarquia de Pesqueira, tradicionais invasores das terras Xukuru, financiadores de um pistoleiro que assassinou o Cacique em 20 de maio de 1998” (Silva, 2007, p. 98). A revolta do povo Xukuru, transformada em ainda mais determinação, e a repercussão, inclusive internacional, desse assassinato acabaram acelerando a demarcação do território em 2001.

O ser e estar do povo Xukuru do Ororubá é atravessado por uma veia forte de resistência, forjada com muitas lutas ao longo da história. Sua força também vem da espiritualidade, intimamente ligada à natureza.

Para os indígenas, a natureza é sagrada, o que se coaduna com a manutenção dos bens comuns – os quais não são de usufruto exclusivo dos indígenas – o que tem sido garantido em grande medida por esses povos. E é graças a essa compreensão, traduzida em vivências práticas, que grande parte dos bens comuns naturais localizados em territórios indígenas, encontram-se preservados. Por isso, os indígenas são considerados guardiões da natureza (Araújo; Ordônio, 2022, p. 71)

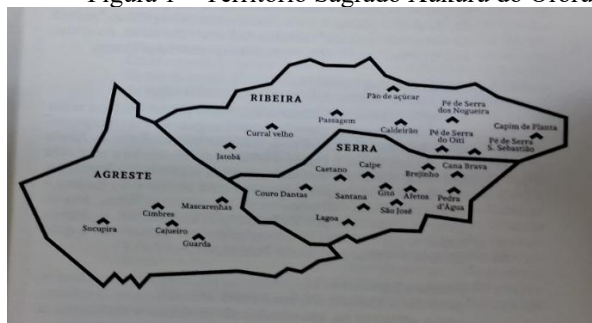
Esse ser e estar tem muito a ensinar, especialmente através de estudiosos indígenas, como Iran Ordônio. Essa tendência vem se intensificando devido ao crescente poder de influência que os saberes indígenas vêm ganhando em nossa sociedade, e também devido à importância que o povo Xukuru vem dando à educação. E quando falamos em educação do povo Xukuru, estamos nos referindo a um processo que se dá a partir, também, da tradição, dos valores e dos saberes ancestrais que esse povo busca preservar.

Outro elemento muito importante para o povo Xukuru do Ororubá é a agricultura, muitas vezes referida como sagrada ou tradicional, e em que a encantadora Casa de Sementes Mãe Zenilda é um dos lócus de cuidado e preservação desses saberes.

A atividade da agricultura tradicional Xukuru que, com as terras sob a tutela dos fazendeiros e grileiros, estava impedida de ser praticada livremente pelos indígenas, após a retomada do território, pode finalmente se estabelecer. (Araújo; Ordônio, 2022, p. 75).

A mata sagrada, a agricultura tradicional e a força dos encantados (espiritualidade) são marcas indeléveis que vêm se fortalecendo cada vez mais no território Xukuru do Ororubá, força que necessita também de todos os aliados possíveis para proteger seu território e assim também continuarem preservando e atualizando essa rica cultura.

Figura 1 – Território Sagrado Xukuru do Ororubá



Fonte: XUKURU, Povo Xukuru do Ororubá: ancestralidade, saber e tradição.

A figura 1 concretiza, numa imagem cartográfica, o Sagrado Território dos Xukurus do Ororubá. Para os Xukurus,

o território não é um espaço de disputas de poder, mas de união das forças para o fortalecimento da identidade étnica. É a moradia dos nossos antepassados, da nossa geração e das gerações futuras, onde são cultivadas nossas crenças e tradições e o povo sente a perspectiva de pertencimento mútuo (Xukuru, [s/d], p. 19).

As regiões que compõem o território têm suas especificidades: a região Agreste tem um clima semiárido, solo arenoso e vegetação de caatinga; a região Ribeira tem o clima árido e solo pouco fértil, com chuvas irregulares e temperaturas elevadas. Já a Serra tem resquícios da Mata Atlântica e árvores de grande porte; há, ainda, um território de cuidado coletivo que abriga os principais rituais religiosos, chamado Entre Rios (Xukuru [s/d]).

Como vimos, o território Xukuru, pelos Xukurus, alude a uma união que inclusive nega as “disputas de poder”, apontando para uma convivência harmônica. Para Haesbaert (2007, p. 20), “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação.” O Território, para os Xukurus do Ororubá, carrega esse duplo sentido, sendo uma afirmação política, especialmente para “fora”, ou seja, para o enfrentamento com as oligarquias políticas da região que estão sempre ameaçando esse espaço, e também o simbólico, muito mais para “dentro”, no sentido mesmo de apropriação, ou seja de territorialidade.

A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas ‘algo abstrato’, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado – como no conhecido exemplo da ‘Terra Prometida’ dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente. (Haesbaert, 2007, p. 25)



No caso Xukuru, como já vimos, houve uma “desterritorialização” na sua dimensão funcional, já que os indígenas foram alijados de suas terras, mas se manteve a “territorialidade ontológica” que serviu, inclusive, de “combustível” para a retomada do território. O próprio cacique Xicão, herói e mártir da chamada “retomada” do território, está fortemente presente. A poética definição do eterno cacique sobre o território sagrado Xukuru, onde “as pedras são os ossos da terra; a mata exuberante é como cabelos da terra e as águas são como o sangue da terra” (Xukuru, [s/d], p. 21).

Fica nítido que seria “territorialidade praticamente como sinônimo de território: a territorialidade como qualidade inerente à existência, efetiva, do território, condição de sua existência” Haesbaert (2007).

Acreditamos ser necessário entender esse território XuKuru do Ororubá a partir de e em relação ao olhar das crianças Xukuru do Ororubá.

Tentando entender a criança e o adolescente Xukuru do Ororubá, a partir das lembranças de um idoso desse povo, Silva (2023) começa nos advertindo que, embora a visão de sociedade seja ancorada numa ideia homogênea de índios, “[...] cada povo indígena é singular em suas expressões socioculturais e organizações sociopolíticas, inseridas em processos e situações históricas peculiares. Pensar os povos indígenas é então pensar sempre em experiências plurais e diferenciadas” (Silva, 2023, p. 6). Apesar disso, o autor não se furta a tentar evidenciar alguns aspectos comuns:

Os territórios/aldeias indígenas são ambientes comunitários de famílias extensas, lugares de expressiva afetividade e reciprocidade. E assim, nesses espaços, não existem órfãos/ãs e nem abandonados/as. E, além disso, a criança e o/a adolescente têm uma participação ativa na vida sociocultural. A educação ocorre por meio de ritos, em liberdade com responsabilidades, em um processo educativo de crescimento e contínuo amadurecimento. Entre os povos indígenas em geral, portanto, as crianças e adolescentes estão em meio às múltiplas relações de solidariedade e afeto, possibilitando uma experiência de vida bem acolhida. (Silva, 2023, p. 6)

O atual território Xukuru do Ororubá, como vimos, é um espaço físico e cultural fruto de diversos atravessamentos, onde o embate cultural entre colonizadores e colonizados tem produzido uma forma bem específica de ser e estar no mundo. Neste mesmo território, segundo Oliveira (2021), existem cerca de 36 escolas públicas estaduais que atendem da Educação Infantil ao Ensino Médio. Aqui, a chamada educação formal também é atravessada por essa imensa complexidade.



Letramento

O termo *letramento* refere o uso pleno e contextualizado da leitura e escrita. Soares (1998) identifica que o termo nasce da tradução da palavra *literacy*, de origem inglesa que, por sua vez, deriva etimologicamente da palavra *littera* (letra) em latim. Outro fato importante identificado pela autora é que, tanto no inglês quanto no português, os termos negativos surgem primeiro, ou seja, a palavra *analfabetismo* surge primeiro que a palavra *alfabetismo* (letramento) e a palavra *illiteracy* surge primeiro que *literacy*. “O que surpreende é que o substantivo que nega – *analfabetismo* se forma com o prefixo grego a(n) –, que denota negação – seja de uso corrente na língua, enquanto o substantivo que afirma – *alfabetismo* – não seja usado.” (Soares, 1998, p. 19). A definição que a autora traz do termo *letramento* tem a marca indelével do uso social da língua, tanto que ela mesma afirma:

Uma última inferência que se pode tirar do conceito de *letramento* é que um indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser *analfabeto*, mas ser, de certa forma, *letrado* (atribuindo a esse adjetivo sentido vinculado a *letramento*). Assim, um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a escrita tem presença forte, se se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros leem para ele, se *dita* cartas para que um alfabetizado as escreva (e é significativo que, em geral, dita usando vocabulário e estruturas próprias da língua escrita), se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, *letrado*. (Soares, 1998, p. 24)

Terra (2013) vai reforçar esse aspecto social, além de apontar que há muitas definições que se referem à leitura em suas mais diversas formas. Tanto que a autora aponta:

Reconhecer a diversidade de práticas de letramento que fazem parte da sociedade envolve, outrossim, não impingir rótulos sobre o que é ser ou não ser letrado. Uma classificação dessa natureza está, inexoravelmente, relacionada às necessidades e ao conceito de letramento que vigora em contextos e em situações específicas. (Terra, 2013, p. 32)

Em um estudo junto com os Xukurus, o reconhecimento dessa diversidade é um princípio ainda mais necessário justamente porque é uma precondição estabelecida pelas lideranças e pelo Conselho de Professores Indígenas Xukuru do Ororubá (COPIXO), coletivo atuante no sentido do respeito aos princípios educacionais de seu povo.

Quando nos referimos à Geografia, o termo *letramento* surge mais facilmente junto à cartografia, formando o letramento cartográfico, tanto que Lis (2023, p. 25) aponta:

Dessa forma, faz-se necessário que os estudantes se apropriem de conceitos cartográficos a fim de construir um entendimento acerca da espacialidade geográfica, passando a entender o espaço como uma construção social e



histórica e a enxergarem-se, também, como sujeitos produtores de novos espaços.

Diante da ampla conceituação acima, a cartografia apresenta-se como um dos aspectos necessários ao próprio letramento, de modo que a busca por uma espacialização do letramento engloba, sem dúvida, a cartografia, já que ambas existem a partir do território.

Quando nos referimos ao termo Letramento matemático, estamos nos referindo ao conhecimento matemático escolar e não escolar, mediado pela cultura que é materializada no território. Tal compreensão busca um diálogo entre os conhecimentos escolares e a realidade vivida dos estudantes. Oliveira e Lucena (2014) desenvolveram um estudo acerca dos conhecimentos matemáticos em salas de aula multisseriadas de escolas ribeirinhas na Amazônia, onde evidenciam as pontes entre a matemática e a realidade vivida dos estudantes, não para se limitar, mas para partir em busca de mais diálogos de saberes.

Assim, a escola também poderia ser um espaço que contribuísse com a realização de diálogos entre saberes, oportunizando a compreensão de que instrumentos/unidades de medida não padrões, como a linguagem e as combinações próprias à tessitura de talas de guarumã, utilizadas para confeccionar artefatos de pesca, podem dialogar com os estudos geométricos (formas, posições, propriedades) – comuns ao currículo escolar –, a fim de exercitar raciocínios matemáticos e outros possíveis objetivos educacionais. (Oliveira; Lucena, 2014, p. 89)

Compreendemos, assim, que a intensa vivência com o próprio território enquanto espaço geográfico pode dialogar com os conhecimentos matemáticos escolares.

Decolonialidade

Compreendemos a decolonialidade tanto como análise de um tempo que é hoje, embora não seja esse hoje em todos os lugares, quanto como uma escolha política do tempo que desejamos aprender e construir, junto aos movimentos sociais, povos indígenas e quilombolas. Neste sentido, Quijano (2013; 2000); Acosta (2016) e Xukuru do Ororubá ([s/d]) têm apresentado o caminho.

Tenho encontrado em Quijano a análise precisa e contundente da *colonialidade*.

Desde el siglo XVII, en los principales centros hegemónicos de ese patrón mundial de poder, en esa centuria no por acaso Holanda (Descartes, Spinoza) e Inglaterra (Locke, Newton), desde ese universo intersubjetivo fue elaborado y formalizado un modo de producir conocimiento que daba cuenta de las necesidades cognitivas del capitalismo: la medición, la cuantificación, la



externalización (u objetivación) de lo cognoscible respecto del conocedor, para el control de las relaciones de las gentes con la naturaleza y entre aquellas respecto de ésta, en especial la propiedad de los recursos de producción. (Quijano, 2000, p. 343)

A relação direta entre a produção do conhecimento e o capitalismo, muito bem engendrada, é aqui descortinada, de modo que fica evidente como muito de nosso hoje colonial tem raízes tão remotas, e como isso tem sido bem ocultado. Nesse fazer pensar, a educação tem um papel central, como revela o autor.

O eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia. E embora isso implique um componente etnocêntrico, este não o explica, nem é a sua fonte principal de sentido. (Quijano, 2013, p. 69)

Percebemos, portanto, como é importante conhecer criticamente nossa própria herança colonial, compreender suas origens e entender seus mecanismos de dominação para aprimorar nossa resistência. Nesse caminho de resistência, temos o bem-viver como uma ideia tão simples e natural quanto contundente e profunda. Acosta apresenta sua força na América Latina, suas origens indígenas.

[...] o Bem Viver, Buen Vivir ou Vivir Bien também pode ser interpretado como *sumak kawsay* (kíchwa), *suma qamaña* (aymara) ou *nhandereko* (guarani), e se apresenta como uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida. Não se trata de uma receita expressa em alguns poucos artigos constitucionais e tampouco de um novo regime de desenvolvimento. O Bem Viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza. (Acosta, 2016, p. 23.)

Esse conceito já é vivido em muitos cantos de nosso continente e país, e mais próximo ainda, em nossa região, entre os Xukuros do Ororubá, os princípios do Lymolaygo Toype ou Bem Viver Xukuru (Xukuru, [s/d], p.58).

O Bem-Viver, portanto, em nosso olhar, é mais uma das concretizações do decolonial, do viver outras possibilidades em harmonia com a natureza, de outro mundo que é mais que possível, que existe.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vivemos em tempos de crise climática, provocada indubitavelmente por nosso modelo capitalista que transforma tudo em mercadoria. Uma das poucas certezas que se tem é que o modelo positivista de ciência, ainda hegemônico, associado ao neoliberalismo têm apressado nossos passos rumo à extinção. Há quem aposte numa solução mágica de cunho tecnológico



que até já começou a delinear os passos rumo à colonização de Marte... Estou com Krenak (2020, p. 14) quando afirma: “vão logo, esqueçam a gente aqui. Deveríamos dar um passe livre para eles, para os donos da Tesla, da Amazon. Podem deixar o endereço que depois a gente manda os suprimentos.” E a academia, que rumo está trilhando? Esse espaço de produção do conhecimento é também um território em disputa, em sua imensa diversidade.

Somos uma coletividade ou somos apenas mercadorias que valem quanto mais mercadorias podemos comprar? Arendt (2010) apresentou o seu “amor mundi” no livro “A condição humana”, e identificou a docência como uma das maneiras de se expressar esse amor. Penso que nossa docência, nossa ciência e nossa academia devam ajudar a formar para a coletividade, no sentido que Arendt (2010) chamou de “amor mundi”.

Penso que atualmente o caminho mais nítido para isso seja a Decolonização, que não é a negação de nenhum conhecimento, mas a negação da dominação, e o reconhecimento de outros saberes. Penso que devemos aprender com a Geografia e a Educação dos quilombolas, dos povos originários, das crianças... Precisamos buscar “confluências”, no dizer de Nego Bispo (Santos, A, 2019, p. 17) que aponta: “Sou Contra Colonial, porque não fui colonizado”.

A educação também ocorre neste espaço geográfico, e como tal é atravessada por nossa imensa complexidade.

No livro “Entre o Passado e o Futuro”, Arendt (2009) analisa a sempre em crise Educação e a coloca justamente neste espaço, entre o passado e o futuro... Chegamos a um mundo que já existe, precisamos ser apresentados a esse mundo: a família, a comunidade e a escola fazem as honras da casa... Já nós, somos o novo tantas vezes apontado como o futuro de nosso povo. Um novo que vai ameaçar o passado, mas que também precisa ser protegido por ele (Brayner, 2015).

Acosada pelo passado na retaguarda e pelo futuro na dianteira, encontra-se a Educação, e acrescento que o “onde”, ou seja, a Geografia dessa Educação diz muito dela e, por conseguinte, de nós mesmos, até porque o espaço é “um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento” (Santos, 2014, p. 30). O espaço geográfico não é apenas o palco onde a vida acontece, ele é o lócus que nutre a vida, portanto, determinante de seus processos.

O tempo educacional é, também, nas palavras de Sodré (2012, p. 15): “[...] da descolonização, portanto, tempo de algo como ‘reeducação’ ou a reinvenção dos sistemas de



ensino com vista à diversidade simbólica entrevista na dissolução das grandes explicações monoculturalistas do mundo.” É este tempo que quero ajudar a fortalecer, é desse tempo que quero participar.

Castellar (2003), discutindo o ensino de geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, apoia-se nos estudos de Soares (1998) para apresentar o letramento cartográfico, considerando que letramento não é apenas saber decodificar signos, mas viver socialmente a linguagem. Assim, a autora aponta que “a leitura e a escrita que a criança faz da paisagem estão sem dúvida carregadas de fatores culturais, psicológicos e ideológicos” (Castellar, 2003, p. 4). O ensino e aprendizagem da cartografia, então, necessitaria perseguir o letramento cartográfico.

Soares (1998, p. 72) nos adverte que “[...] letramento não é pura e simplesmente um conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social.” Fica nítido, assim, que o letramento em si é uma vivência social.

O letramento matemático deriva da mesma compreensão. Cecco e Bernadi (2022) percorrem o mesmo caminho deixado por Soares (1998) e acrescentam a adoção do conceito por órgãos internacionais (UNESCO) e sua chegada à Base Nacional Comum Curricular. Os autores, ainda, destacam o que os documentos oficiais chamam de “multiletramentos” (matemático, digital, científico).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que apresentamos aqui é fruto de reflexões teóricas que identificam na arena social de nossos dias a importância de buscarmos compreender o espaço geográfico vivenciado pelas crianças indígenas e seus potenciais educacionais relacionados aos letramentos linguístico e matemático.

A Educação, assim como diversas outras ciências, vem cada vez mais se apropriando de um olhar decolonial. A Geografia da Infância, por sua vez, desafia a ciência geográfica a ousar um olhar mais criativo, mais vivido, o olhar das crianças. Essas duas questões nos levam a propor uma aproximação mais efetiva entre essas dimensões, a partir do olhar infantil das crianças indígenas do povo Xukuru do Ororubá.

O Conselho de Professores Indígenas Xukuru do Ororubá – COPIXO, organização que busca fortalecer a educação indígena, indica que a educação deste povo “é orientada pela Natureza Sagrada” (Xukuru, [s/d], p. 20).



Neste sentido todo o processo educacional desenvolvido nas escolas que existem no território Xukuru do Ororubá segue por um lado o currículo oficial do estado de Pernambuco, mas inclui também os saberes ancestrais deste povo, os rituais culturais e a compreensão da própria história dos antepassados, além de ser fortemente fincada no território. Essa relação de profundo respeito com o território faz deste um lócus de onde se pode extrair a relação com a linguagem, com a ciência, com a cultura e com os diversos aprendizados que ocorrem neste povo. Aprendizados que, em nosso entender, podem ser potencializadores dos aprendizados escolares.

Diante dos estudos teóricos realizados até o momento, fica evidente a forte relação entre o território vivido pelas crianças Xukurus do Ororubá e os processos educacionais de letramento linguístico e matemático. Entendemos que estudos mais aprofundados e com outras técnicas de coleta de dados devem ser realizados para ampliar a compreensão dessa relação.

Silva (2023) busca a criança e o adolescente Xukuru através da vida de Seu Gercino (idoso Xukuru), ao passo que contextualiza historicamente as relações de injustiça e violência sofridas pelas crianças xukurus, a maioria morta pelas mãos brancas através da desnutrição causada pela usurpação do território deste povo, sendo seu Gercino um sobrevivente desse massacre. Após esse passado de fome e opressão, a luta do povo Xukuru do Ororubá, liderada pelo cacique Xicão mesmo após seu assassinato, recupera o território e inaugura tempos de fartura e bonança.

Os estudos de Silva (2023) se coadunam com os de Lopes (2008) quando ambos apontam que as crianças, sejam grumetes, sejam Xukurus do Ororubá, são diretamente afetadas, porque essas infâncias ocorrem na “[...] produção de culturas de crianças, do lugar, dos lugares destinados às crianças pelo mundo adulto e suas instituições e das territorialidades de criança, resultando desse embate uma configuração à qual chamamos territorialidades infantis, cujo campo de reflexão é a Geografia da infância” (Lopes, 2008, p. 668).

Diversos estudos no campo da educação e do ensino de geografia apontam que o contexto é essencial para dar sentido aos conceitos e aos próprios aprendizados. Nesta perspectiva e a partir desse estudo exploratório e teórico, apontamos que o espaço geográfico como um todo e o território vivido em particular são o lócus principal desse “contexto”, guardando, assim, o verdadeiro potencial onde se concretizam os saberes e também os respectivos letramentos.



REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ARAÚJO, Marli Gondim de; ORDÔNIO, Iran Neves. A casa de sementes mãe Zenilda e o fortalecimento da agricultura ancestral Xukuru. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 15, n. 39 dez., p. 69-83, 2020. DOI: 10.14393/RCT153905. Disponível em: [A casa de sementes mãe Zenilda e o fortalecimento da agricultura ancestral Xukuru | Revista Campo-Território](#) Acesso em: 13 ago. 2024.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARIES, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRAYNER, Flávio. *Fundamentos da Educação: crise e reconstrução*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2015.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. *O letramento cartográfico e a formação docente: o ensino de Geografia nas séries iniciais*. USP, São Paulo, 2003. Disponível em: http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Ensenanzadelageografia/Dese_mpenoprofesional/04.pdf Acesso em: 10 set. 2024.

CECCO, Bruna Larissa. BERNADI, Luci T. M. dos Santos. Letramento matemático: perspectivas e significações no contexto brasileiro. *Ensino da Matemática em Debate*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 85-101, 2022. Disponível em: [Letramento matemático | Ensino da Matemática em Debate](#) Acesso em: 20 set. 2024.

COSTA, Brenda Martoni Mansur Correia da. As potencialidades da História e Geografia nas mobilizações do povo indígena Xukuru do Ororubá (Pesqueira e Poção/PE no Nordeste do Brasil): contribuições da educação cartográfica para os indígenas. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*. Vol. 10, n.º 3, p. 1-17, out., 2021. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/12405> Acesso em: 03 set. 2024.

FÁVARO, Thatiana Regina *et al.* Excesso de peso em crianças indígenas Xukuru do Ororubá, Pernambuco, Brasil: magnitude e fatores associados. *Cadernos de Saúde Pública*. Nº 35, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csp/a/CdWGDjWvfzxjrFWv7TNvMrv/?lang=pt> Acesso em 08 set. 2025.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, v. 9, n. 17, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17> Acesso em: 25 set. 2024.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LIS, Viviane Regina Pires. *Os processos de construção do letramento espacial/cartográfico – um olhar para o último período da Teoria Genética de Jean Piaget*. Tese (Doutorado em



Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/262614> Acesso em: 13 ago. 2024.

LOPES, Janer Moreira. Geografia das Crianças, Geografia das Infâncias: as contribuições da Geografia para o estudo das crianças e suas infâncias. *Revista Contexto & Educação*. Editora Unijuí, ano 23, n.º 79, jan.-jun. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1052> Acesso: 20 set. 2024.

LOPES, Jader Janer; COSTA, Bruno Muniz Figueiredo; AMORIM, Cassiano Caon. Mapas Vivenciais: possibilidades para a Cartografia Escolar com as crianças dos Anos Iniciais. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 237–256, 2016. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/381>. Acesso em: 10 de ago. 2024.

OLIVEIRA, Maria Roseane Cordeiro de. *A prática pedagógica das/nas escolas Xukuru: encontros com a pedagogia decolonial na comunidade-escola*. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) Centro Acadêmico do Agreste-CAA – Universidade Federal de Pernambuco, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/43610/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Maria%20Roseane%20Cordeiro%20de%20Oliveira.pdf> Acesso em: 10 de set. 2025.

OLIVEIRA, José Sávio Bicho de; LUCENA, Isabel Cristina Rodrigues de. Alfabetização matemática em classes multisseriadas de escolas ribeirinhas da Amazônia: atuação docente em foco. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 95, n. 239, 1 jan. 2014. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3487> Acesso em: 13 ago. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad Del Poder y Clasificación Social. *Journal of World-Systems Research*, VI, 2, summer/fall, 342-386, 2000. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/view/228> Acesso: 30/08/2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESSES, Maria Paula. (Orgs) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significado*. Brasília: Editora AYÓ, 2015.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SILVA, Edson. História, memórias e identidade entre os Xukuru do Ororubá. *Revista Tellus*, ano 7, n.º 12, p. 89-102, abr. de 2007. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/133> Acesso em: 10 set. 2024.

SILVA, Edson. Infância e Adolescência Xukuru do Ororubá: pensando o direito, a diferença e a dignidade indígena no Nordeste. *Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 5-22, 2023. Disponível em: <https://periodicosuneal.emnuvens.com.br/campio/article/view/456>. Acesso em: 13 abr. 2024.



ENANPEGE

XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

SILVA, Edson. BARROS, Isabela Paes de. Povo Indígena Xukuru do Ororubá: uma história de mobilizações por afirmação de direitos. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 13, n.º 01, p. 395-423, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/65122> Acesso em 05 ago. 2024.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a Educação: diversidade, descolonização e redes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TERRA, Márcia Regina. Letramento & Letramentos: uma perspectiva sociocultural dos usos da escrita. *DELTA: documentação e estudos em linguística teórica e aplicada*, [S. l.], v. 29, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/9865>. Acesso em: 01 set. 2024.

XUKURU, Conselho de Professores Indígenas Xukuru do Ororubá. *Povo Xukuru do Ororubá: ancestralidade, saber e tradição*, [s/d].